

012 – Assistente Social

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 30 (trinta) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não-cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta, é de 4 horas.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, o cartão-resposta e a ficha de identificação.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Português

Legislação

Conhecimento
Específico

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✕

01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -

PORTUGUÊS

O texto a seguir é referência para as questões 01 a 04.

Gaste, fique rico e salve o planeta

Riqueza dos países os faz trocar fontes sujas pelas limpas

1 Quando aconteceu o primeiro Dia da Terra, em 1970, ambientalistas americanos tinham bons motivos para se sentir
2 culpados. A riqueza e a tecnologia avançada da nação pareciam tão obviamente ruins para o planeta que pareciam em uma
3 famosa equação desenvolvida pelo ecologista Paul Ehrlich e pelo físico John P. Holdren, que agora é assessor científico do
4 presidente Obama.

5 A equação deles era $I=PAT$, o que significa que o impacto ambiental é igual à população multiplicada pela riqueza
6 (*affluence*, em inglês) multiplicada pela tecnologia. Proteger o planeta parecia exigir menos gente, menos riqueza e tecnologia
7 mais simples - o mesmo tipo de transformação social e de revolução energética defendidas por muitos nas manifestações do Dia
8 da Terra na quarta-feira passada, 22.

9 Mas, entre os pesquisadores que analisam dados ambientais, um monte de coisas mudou desde os anos 1970. Com o
10 benefício da retrospectiva e equações melhoradas, vou fazer duas previsões:

- 11 ■ Não haverá uma revolução verde em energia ou em qualquer outra coisa. Nenhum líder, nenhuma lei, nenhum tratado vai
12 mudar radicalmente as fontes de energia para as pessoas e para a indústria nos Estados Unidos ou em outros países.
13 Nenhuma recessão ou depressão fará uma mudança duradoura na paixão dos consumidores por gastar energia, ganhar
14 dinheiro e comprar novas tecnologias - e isso, acredite ou não, é uma boa notícia porque...
- 15 ■ Quanto mais rico todo mundo ficar, mais verde será o planeta no longo prazo.

16 Tenho consciência de que a segunda previsão parece difícil de acreditar, quando se considera o carbono sendo despejado
17 na atmosfera hoje pelos americanos e as projeções para as emissões crescentes da Índia e da China conforme eles vão ficando
18 mais ricos.

19 Essas projeções tornam fácil supor que riqueza e tecnologia infligem mais danos ao meio ambiente. Mas, ao mesmo tempo
20 que a poluição pode aumentar quando um país começa a se industrializar, conforme as pessoas vão ficando mais bem de vida
21 elas podem pagar por ar e água mais limpos. Começam a usar fontes de energia que são menos intensivas em carbono - e não
22 apenas porque elas estão preocupadas com o aquecimento global. O processo de "descarbonização" começou muito antes de Al
23 Gore nascer.

24 A velha teoria IPAT da riqueza-é-ruim pode fazer sentido intuitivamente, mas não concorda com os dados que vêm sendo
25 analisados desde o primeiro Dia da Terra. Por volta dos anos 1990, os pesquisadores se deram conta de que os gráficos do
26 impacto ambiental não produziam uma curva ascendente simples à medida que os países iam ficando mais ricos. Mais
27 comumente a linha subia, parava e então se invertia de forma a fazer uma curva descendente, tomando o formato de uma cúpula
28 ou de um U invertido - o que é chamado de curva de Kuznets.

29 Em dezenas de estudos, pesquisadores identificaram curvas de Kuznets para vários problemas ambientais. Há exceções
30 para essa tendência, especialmente em países com governo incompetente e sistema de direito de propriedade ruim, mas em geral
31 mais rico é, no tempo oportuno, mais verde.

32 "Uma vez que você tenha um monte de arranha-céus cheios de computadores operando o tempo inteiro, a energia
33 entregue tem que ser muito limpa e compacta", diz Ausubel, o diretor do programa de Ambiente Humano da Rockefeller. "A
34 tendência de longo prazo é na direção do gás natural e energia nuclear, ou, pode-se pensar, energia solar. Se o sistema de
35 energia for deixado a seus próprios cuidados, a maior parte do carbono estará fora dele pela altura de 2060 ou 2070".

(John Tierney, *The New York Times*, publicado em *Revista da Semana*, 30 abr. 2009, p. 08.)

01 - Esse texto:

- a) analisa o impacto ambiental em nações em desenvolvimento.
- b) defende a postura adotada pelos EUA em relação à política ambiental.
- c) emprega argumentos emocionais para sensibilizar as pessoas a poluírem menos.
- *d) questiona a tese de que quanto mais riqueza mais poluição.
- e) instrui sobre as formas politicamente corretas de empregar os recursos naturais.

02 - Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na linha 05, o pronome "deles" retoma "Paul Ehrlich e John P. Holdren".
- b) Na linha 14, o pronome "isso" refere-se à "paixão dos consumidores por gastar energia, ganhar dinheiro e comprar novas tecnologias".
- c) Na linha 22, o pronome "elas" retoma "pessoas".
- d) Na linha 30, "essa tendência" refere-se ao fenômeno expresso pela curva Kuznets.
- *e) Na linha 35, o pronome "seus" refere-se a "você".

03 - Com relação ao texto, é INCORRETO afirmar:

- a) Os dois primeiros parágrafos apresentam o posicionamento dos ambientalistas americanos por ocasião dos anos 70.
- b) O conectivo “mas”, no início do terceiro parágrafo, assinala para uma alteração argumentativa em relação aos parágrafos 1 e 2.
- c) O parágrafo iniciado na linha 19 objetiva apresentar argumentos favoráveis à opinião do autor: a de que mais riqueza não equivale a mais poluição.
- *d) O último parágrafo emprega argumentos por citação visando a apresentar uma contra-argumentação às ideias expressas pelo autor.
- e) O antepenúltimo e o penúltimo parágrafos configuram-se como argumentativos de base estatística que apontam em que condições é válida a ideia do autor de que mais riqueza não equivale a mais poluição.

04 - “A velha teoria IPAT da riqueza-é-ruim pode fazer sentido intuitivamente, mas não concorda com os dados que vêm sendo analisados desde o primeiro Dia da Terra”.

Assinale a alternativa em que a sentença foi reescrita sem modificação de seu sentido original.

- a) A velha teoria IPAT da riqueza-é-ruim pode não fazer sentido intuitivamente, nem concordar com os dados que vêm sendo analisados desde o primeiro Dia da Terra.
- b) Visto que a velha teoria IPAT da riqueza-é-ruim pode fazer sentido intuitivamente, ela não concorda com os dados que vêm sendo analisados desde o primeiro Dia da Terra.
- *c) Apesar de a velha teoria IPAT da riqueza-é-ruim poder fazer sentido intuitivamente, ela não concorda com os dados que vêm sendo analisados desde o primeiro Dia da Terra.
- d) A velha teoria IPAT da riqueza-é-ruim pode fazer sentido intuitivamente, porque não concorda com os dados que vêm sendo analisados desde o primeiro Dia da Terra.
- e) A velha teoria IPAT da riqueza-é-ruim pode fazer sentido intuitivamente, portanto não concorda com os dados que vêm sendo analisados desde o primeiro Dia da Terra.

O texto a seguir é referência para as questões 05 e 06.

Os cursinhos correm para mudar

Camila Pereira e Renata Betti

Os cursinhos que, há seis décadas, preparam os estudantes para o velho vestibular estão diante de um duro desafio: reformular rapidamente seus negócios para adaptar-se ao novo ENEM, prova feita pelo Ministério da Educação (MEC) que, já neste ano, substituirá o vestibular em mais de 500 universidades brasileiras. Para a maioria, as mudanças vão implicar uma verdadeira transformação em duas frentes essenciais do negócio: a produção de material didático e o treinamento dos professores. Juntas, elas representam até 40% dos custos fixos de um cursinho. As adaptações, não há dúvida, vão encarecer ainda mais essa conta. Um grupo como o Objetivo, dono de uma das cinco maiores redes de cursinhos do país, calcula que terá de desembolsar neste ano 10% além do previsto por causa do novo ENEM, uma prova mais voltada para o raciocínio lógico, com questões que entrelaçam diferentes áreas do conhecimento, e menos para a memorização de uma vasta quantidade de conteúdos e fórmulas, como ainda ocorre no vestibular. Outros cursinhos se viram forçados a recrutar dezenas de pessoas para reescrever as apostilas e treinar os professores de modo que consigam preparar os alunos para resolver a nova prova – caso do COC, um dos cinco maiores do setor. “Estamos reformulando nosso sistema de ensino”, resume o diretor Tadeu Terra. “Quem não fizer isso será engolido.”

Um grande complicador é o tempo exíguo para executar tamanha mudança. Normalmente, um processo como esse – que requer uma reestruturação do plano pedagógico – consome mais de um ano. Como só restam cinco meses até a aplicação da prova e os alunos ainda precisam ser treinados para ela, será necessário fazer o mesmo até julho, em apenas três meses. O prazo curto vai exigir um aumento na carga horária das aulas, para que todo o conteúdo seja passado a tempo. Nessa corrida, levam vantagem aqueles cursinhos que já haviam começado a se reformular antes de o MEC anunciar o novo sistema. “Estamos nessa direção há cinco anos”, diz Carlos Eduardo Bindi, diretor da rede Etapa. Ele e outros, como o próprio COC, miravam, na realidade, o velho ENEM, que já é adotado na admissão a cerca de 500 faculdades do país. Também se adaptavam a vestibulares como o da Unicamp, menos afeito à decoreba. Como ambos os exames mantêm semelhanças com o novo ENEM (ao menos conceitualmente, uma vez que falta ao MEC divulgar muitos detalhes sobre a prova), quem já ajustava sua linha pedagógica ficou em situação mais confortável. Diz o consultor Mateus Prado: “Esses são os cursinhos mais bem posicionados para ganhar terreno”. Eles estão em melhores condições para brigar por alunos num mercado que é extremamente sensível à novidade. “Para um cursinho prosperar, deve dispor de capacidade para empreender mudanças radicais rapidamente”, sintetiza Prado.

No atual cenário, as grandes redes, por uma questão logística, estão mais bem posicionadas para se ajustar à nova realidade. As cinco maiores, com cursinhos esparramados pelo país inteiro, possuem gráfica própria, nas quais o cronograma de impressão já é mensal. Somando-se todo o material produzido numa dessas gráficas por mês, chega-se a meio milhão de apostilas. Os cursinhos menores, que não contam com tal estrutura, recebem o material apenas uma vez por ano. Sem escala para a impressão, não seria economicamente viável fazê-lo mensalmente. “Só vai dar para adaptar nosso material em 2010”, admite Jorge Curvelo, diretor do Quanta, cursinho de 250 alunos em Salvador.

Outro fator que pesa em favor dos grandes é o fato de não dependerem de um negócio só. Além de escolas e faculdades, tais grupos ganham muito dinheiro com a venda do que é conhecido no mercado como “pacote pedagógico”. Entenda-se por isso material didático, treinamento de professores e consultorias prestadas a cursinhos menores, negócio que já supera a receita proveniente das próprias matrículas. Na prática, significa que, ainda que o lucro com os cursinhos encolha por ora, uma vez que precisarão desembolsar mais dinheiro para dar conta das mudanças, os grandes grupos apresentam condições bastante favoráveis para superar esse momento. Mais capitalizados, podem, por exemplo, bancar a decisão de não repassar o prejuízo para as mensalidades – o que periga acontecer com os concorrentes. Diz Jorge Curvelo, do Quanta, que faz coro com donos de cursinhos médios e pequenos: “A verdade é que estamos com medo de ser extintos”. (...)

(Veja, 29 abr. 2009.)

05 - A expressão “um processo como esse” (sublinhada no texto) refere-se:

- a) à substituição de um processo seletivo consagrado, como o vestibular, por outro ainda pouco conhecido.
- *b) à reformulação do sistema de ensino vigente nos cursinhos atualmente.
- c) ao preparo que cada candidato deverá alcançar para se sair bem em uma prova tão concorrida.
- d) ao processo interno que cada uma das 500 universidades terá que desencadear para modificar sua forma de avaliação.
- e) à mudança de filosofia que troca a memorização pelo raciocínio lógico.

06 - Leia as seguintes afirmações sobre o texto.

1. A expressão “um grande complicador” no início do segundo parágrafo, ao mesmo tempo que remete à situação citada no parágrafo anterior, introduz um elemento novo.
2. “No atual cenário”, no início do terceiro parágrafo, refere-se à legislação atual, na qual a forma de ingresso na universidade é o vestibular.
3. “Outro fator”, que inicia o quarto parágrafo, introduz um argumento que se opõe às informações anteriores.

Assinale a alternativa correta.

- *a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.
- c) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.

07 - Assinale a alternativa em que a reescrita, de acordo com a norma padrão, preserva as relações de sentido originais das frases abaixo:

Em busca de saúde as pessoas vão atrás de médicos, remédios comprados por conta própria, suplementos vitamínicos e livros de autoajuda. Mas elas também recorrem a uma outra arma poderosa, capaz de combater doenças e melhorar a qualidade de vida: os amigos.

(adaptado de *Revista da Semana*, 30 abr. 2009, p. 10.)

- a) Em busca de saúde as pessoas vão atrás de médicos, remédios comprados por conta própria, suplementos vitamínicos e livros de autoajuda, portanto, evidencia-se, a eficácia de uma arma poderosa, capaz de combater doenças e melhorar a qualidade de vida: os amigos.
- b) Apesar da importância dos amigos, as pessoas que buscam saúde devem ir atrás de médicos, remédios comprados por conta própria, suplementos vitamínicos ou livros de autoajuda. Essas sim armas poderosas, capazes de combater doenças e melhorar a qualidade de vida.
- c) Em busca de saúde, as pessoas vão atrás de médicos, remédios comprados por conta própria, suplementos vitamínicos e livros de autoajuda. Isso porque elas sabem que a arma mais poderosa, capaz de combater doenças e melhorar a qualidade de vida, são os amigos.
- d) As pessoas que buscam saúde devem ir atrás de médicos, remédios comprados por conta própria, suplementos vitamínicos ou mesmo livros de autoajuda. Os amigos, apesar de armas poderosas, não são capazes de combater doenças e melhorar a qualidade de vida.
- *e) Em busca de saúde as pessoas vão atrás de médicos, remédios comprados por conta própria, suplementos vitamínicos e livros de autoajuda. No entanto, elas deveriam recorrer, sim, a uma outra arma poderosa, capaz de combater doenças e melhorar a qualidade de vida: os amigos.

LEGISLAÇÃO

08 - Considere as seguintes afirmativas sobre os direitos dos idosos relacionados ao transporte, previstos no Estatuto do Idoso.

1. Os maiores de 65 anos têm assegurado o direito ao transporte gratuito nos coletivos urbanos, desde que façam o cadastramento nas empresas responsáveis pelo serviço e comprovem ter renda igual ou inferior a dois salários mínimos.
2. Cada veículo de transporte coletivo interestadual deve ter duas vagas reservadas para o transporte gratuito de idosos que tenham renda igual ou inferior a dois salários mínimos.
3. Os veículos de transporte coletivo urbano devem ter 10% de seus assentos sinalizados como de uso preferencial para idosos.
4. Os idosos que tiverem renda igual ou inferior a dois salários mínimos têm direito ao desconto de pelo menos 50% no valor das passagens nos ônibus interestaduais.
5. Os estacionamentos públicos devem reservar uma vaga em local bem posicionado para uso exclusivo de idosos.
6. A gratuidade do transporte nos coletivos urbanos para as pessoas com mais de 60 e menos de 65 anos é definida pela legislação municipal.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1, 2, 4 e 5 são verdadeiras.
- *c) Somente as afirmativas 2, 3, 4 e 6 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 4 e 5 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 3 e 6 são verdadeiras.

09 - Os Conselhos Tutelares têm o papel de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Considere as seguintes afirmativas sobre a composição, funcionamento e atribuições dos Conselhos Tutelares:

1. Cada município deve ter, no mínimo, um Conselho Tutelar, escolhido pela comunidade local.
2. O Conselho Tutelar tem um mandato de quatro anos, coincidente com os mandatos do prefeito e vereadores.
3. Cabe ao município definir se os membros do Conselho Tutelar serão remunerados pelo exercício da função.
4. Os membros do Conselho Tutelar devem ter idade superior a 35 anos e residir no município.
5. Compete ao Conselho Tutelar atender as crianças e adolescentes em caso de falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 4 e 5 são verdadeiras.
- c) Somente a afirmativa 5 é verdadeira.
- *d) Somente as afirmativas 1, 3 e 5 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras.

10 - Uma das atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS), definido pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, diz respeito a ações tendo em vista a promoção da saúde do trabalhador, assim definida:

“Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.”

Indique a alternativa que corresponde às atividades de competência do SUS para a promoção da saúde do trabalhador.

- a) Autorizar a aquisição de máquinas pelas empresas, após a avaliação dos riscos que seu manuseio pode representar à saúde dos trabalhadores.
- b) Avaliar os planos de saúde oferecidos aos trabalhadores pelas empresas privadas.
- c) Determinar a interdição de equipamentos cujo manuseio possa expor os trabalhadores a riscos de vida ou saúde.
- d) Avaliar o impacto de novas tecnologias sobre a saúde do trabalhador, antes de sua incorporação ao processo produtivo.
- e) Prestar assistência aos trabalhadores vítimas de acidentes do trabalho ou portadores de doenças profissionais e do trabalho.

(*) - Questão anulada e pontuada a todos os candidatos

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

11 - Considerando que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado, a determinação do Art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”, organizado a partir das seguintes diretrizes:

- a) descentralização, prioridade de ações curativas e participação comunitária.
- b) descentralização, atendimento integral com prioridade para ações curativas e participação de profissionais da área médica.
- c) centralização, atendimento integral, prioridade de atividades preventivas e participação comunitária.
- *d) descentralização, atendimento integral, prioridade de atividades preventivas e participação da comunidade.
- e) centralização das decisões no gestor federal e execução das ações em cada esfera de governo.

12 - O acesso aos serviços e ações da saúde é um direito do cidadão. Conforme a Lei 8.080/90, o Sistema Único de Saúde deve pautar-se, entre outros, no princípio da integralidade, para garantir o alcance de seus objetivos. Por integralidade de assistência à saúde, entende-se:

- *a) o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.
- b) a aplicação de medidas de saúde que contemplem as modalidades de medicina preventiva e curativa, de caráter individual e coletivo.
- c) a adoção de ações de saúde de natureza preventiva, atendendo os indivíduos e os grupos sociais mais vulneráveis que são usuários da rede pública de saúde.
- d) a consideração dos aspectos preventivos e curativos na adoção de ações de saúde para toda a população, privilegiando-se as ações curativas e individuais.
- e) O conjunto articulado de ações e serviços da rede pública e privada de saúde, com atenção preventiva e curativa, conforme a capacidade de atendimento da rede hospitalar.

13 - De acordo com o Código de Ética do assistente social, o direito ao sigilo profissional pode ser quebrado:

- a) quando solicitado pela autoridade judicial.
- b) quando se trabalha em equipe multidisciplinar, cuja natureza exige que sejam repassadas todas as informações sobre o usuário.
- c) quando solicitado pela coordenação da instituição a que o assistente social está vinculado.
- *d) quando se tratar de situação cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros ou da coletividade.
- e) quando o assistente social for depor em processos judiciais que envolvam seus usuários.

14 - A Constituição Federal de 1988 incorporou a demanda por participação popular na gestão das políticas sociais, levando à institucionalização dos conselhos gestores, com poder deliberativo, como instância de discussão das políticas sociais. O Conselho de Saúde nas três esferas de governo, segundo a lei 8.142, de 1990, deve ser composto por representantes:

- a) do governo, de prestadores de serviços de saúde e usuários, com a composição paritária dos usuários em relação aos outros segmentos representados.
- b) do governo, dos trabalhadores da saúde e dos prestadores de serviço, de forma paritária entre membros governamentais e da sociedade civil.
- c) do governo e de segmentos dos movimentos populares e de organizações da sociedade civil, com base nos orçamentos participativos.
- d) do governo, das lideranças comunitárias e dos trabalhadores de saúde, em cada esfera de governo, de forma paritária.
- *e) do governo, de profissionais de saúde, de prestadores de serviços de saúde e usuários, com a composição paritária dos usuários em relação aos outros segmentos representados.

15 - A Assistência Social é uma política pública que garante àqueles que dela necessitarem os direitos aos mínimos sociais. A Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742/93, no art. 20, prevê o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idoso e pessoa portadora de deficiência em situação de pobreza. Acerca disso, considere as seguintes afirmativas:

1. Por ser um benefício familiar, é proibida a concessão do BPC para os idosos que vivem em asilos ou entidades de abrigo.
2. Por ser um benefício familiar, é proibida a concessão do BPC para dois idosos da mesma família.
3. Por ser um benefício assistencial, é proibido o idoso receber o BPC se já possui aposentadoria pelo INSS.
4. É permitido ao idoso que vive em asilos receber o BPC, desde que sejam cumpridos os critérios de inclusão e o benefício já concedido a qualquer membro da família não seja computado para fins do cálculo da renda familiar *per capita* nos casos de idosos.

De acordo com a LOAS e o Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, são corretos os itens:

- a) 1 e 3 apenas.
- b) 2 e 4 apenas.
- *c) 3 e 4 apenas.
- d) 1, 3 e 4 apenas.
- e) 1, 2 e 3 apenas.

16 - Sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), é correto afirmar:

- a) O SUAS atualiza o debate sobre a assistência social no Brasil e estabelece uma nova legislação na área da assistência social, revogando a LOAS através da edição da Norma Operacional Básica de 2005.
- *b) O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, propondo uma alteração organizacional que busca aprofundar o processo de descentralização da política de assistência social e avançar na co-responsabilidade entre os diferentes níveis de gestão.
- c) O SUAS materializa a PNAS, configurando-se numa alteração normativa, através da publicação da NOB 2005, sem afetar os níveis de gestão e a organização da política de assistência social em cada esfera de governo.
- d) O SUAS incorpora o debate sobre o papel da sociedade civil na Política Nacional da Assistência Social e estabelece uma nova regulamentação para as ações socioassistenciais, prevendo a transferência das ações da rede filantrópica para o Estado.
- e) O SUAS constituiu-se num avanço normativo dentro do processo de descentralização da política de assistência social, estabelecendo um novo acordo entre Estado e sociedade civil para efetivar as ações através de parcerias com o terceiro setor.

17 - O Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003) é considerado um significativo avanço na legislação social brasileira e uma forma de garantir legalmente os direitos fundamentais da população idosa. Quando os direitos são violados, podem ser aplicadas medidas específicas de proteção. Em relação a essas medidas, identifique as afirmativas como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Serão aplicadas isoladamente, não podendo ser cumulativas ou substituídas a qualquer tempo.
- () Pode-se requerer a inclusão do idoso ou da pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento de dependência química.
- () A autoridade competente poderá determinar, entre outras medidas, a colocação em abrigos ou entidades assistenciais.
- () São aplicáveis, dentre outras razões, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – F – V – F.
- b) F – V – V – F.
- *c) F – V – V – V.
- d) V – V – V – F.
- e) V – V – V – V.

18 - Identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () No Brasil, durante o regime militar, pode-se afirmar que houve o respeito à forma federativa do Estado e às competências atribuídas aos entes federados, resultando num avanço na descentralização das políticas sociais, apesar da ausência dos mecanismos democráticos na relação entre Estado e sociedade.
- () Com o Estado democrático de direito estabelecido pela Constituição Federal de 1988, houve avanço na descentralização político-administrativa das políticas sociais. A associação entre autoritarismo e centralização fez parte da trajetória histórica do Estado no Brasil até o final da década de 1980.
- () A descentralização político-administrativa diz respeito à distribuição das funções administrativas entre os níveis de governo, definindo competências de cada ente federado na execução das políticas sociais e mantendo a forma centralizada da gestão dos recursos financeiros na União federal.
- () Nos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) houve um processo de reforma do Estado, implementado através de emendas constitucionais. No que se refere às políticas sociais, o processo de descentralização político-administrativa foi articulado à transferência da provisão de serviços pelo mercado e por entidades da sociedade civil.
- () As Normas Operacionais Básicas do SUS (NOB), editadas na década de 1990, foram importantes instrumentos de regulação do processo de descentralização da política de saúde no Brasil, conforme o modelo federalista do Estado.
- () Considerando a complexidade da realidade social e a exigência de eficiência e eficácia das políticas públicas, para Rose Marie Inojosa (2001), a perspectiva de trabalho intersetorial se dá com a reunião de projetos planejados e executados em cada setor das políticas sociais de forma independente, mas voltados para objetivos comuns.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – V – V – F – F – F.
- b) F – V – F – F – F – V.
- *c) F – V – F – V – V – F.
- d) F – F – F – F – V – V.
- e) V – F – V – F – V – F.

19 - A Política Nacional de Assistência Social estabelece dois níveis de proteção social, a básica e a especial. Como uma unidade pública estatal para atendimento aos usuários da assistência social, a PNAS prevê a criação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS pode ser compreendido como:

- a) um centro de referência para atender a população em situação de pobreza, contando com a equipe de profissionais que atuam nas unidades de saúde e na estratégia do PSF, para a realização do atendimento assistencial nos casos em que houver violação de direitos.
- b) uma instituição filantrópica que deve funcionar como porta de entrada para a política de assistência social, em parceria entre Estado e sociedade civil, atuando junto às famílias em situação de pobreza, com prioridade para os beneficiários do Programa Bolsa Família.
- c) um centro de referência público-estatal que presta serviços de abrigo nos casos de violência doméstica e realiza encaminhamentos das famílias em situação de pobreza dentro da rede socioassistencial e para a inclusão ao Programa Bolsa Família.
- *d) uma unidade público-estatal que deve funcionar como porta de entrada ao Sistema Único de Assistência Social, atuando na proteção básica junto às famílias e indivíduos em seu contexto comunitário.
- e) um centro de referência para acesso às políticas sociais básicas, atendendo a demanda a partir de critérios de pobreza das famílias, atuando em parceria com o setor filantrópico, nos casos em que houve violação de direitos, reconhecendo o modelo nuclear de família.

20 - Dentro das definições da Política Nacional de Assistência Social (2004), é correto afirmar que a Proteção Social Básica constitui-se como:

- a) atenção voltada para indivíduos, grupos e famílias cujos direitos foram violados, necessitando de medidas de proteção que incluem o abrigo e a inclusão no Programa Bolsa Família.
- *b) atenção voltada para prevenir as situações de risco e vulnerabilidade social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
- c) atenção voltada para os segmentos mais pobres da população e que demandam a sua inclusão em programas de transferência de rendas, excluindo os beneficiários do BPC, cuja responsabilidade é do gestor federal.
- d) atenção voltada para famílias em situação de pobreza e adolescentes em conflito com a lei, com critérios de atendimento definidos a partir das situações de risco e vulnerabilidade social, priorizando a população atendida pela rede filantrópica, pelos abrigos e unidades de internamento.
- e) atenção social voltada para indivíduos em situação de risco social, necessitando de atendimento integral através de abrigo.

21 - A Política Nacional de Assistência Social (2004) define que a Proteção Social Especial deve priorizar:

- a) as ações de reestruturação dos serviços de abrigo dos indivíduos, sendo organizada em proteção de média e alta complexidade, conforme a situação de renda da família.
- b) ações de alta e baixa complexidade, conforme a situação de renda familiar e a inclusão no mercado de trabalho ou os casos de adolescentes em conflito com a lei que precisam de medidas de internamento.
- c) a hierarquização das ações em alta e média complexidade, considerando a situação de renda familiar, a idade dos usuários, a situação de abandono e a necessidade de abrigo de idosos e crianças.
- *d) a hierarquização das ações em alta e média complexidade, considerando a violação de direitos. É considerada proteção especial de média complexidade nos casos em que não houve rompimento dos vínculos familiares e comunitários, e proteção especial de alta complexidade quando já houve o rompimento desses vínculos.
- e) as ações de abrigo, com o afastamento do indivíduo da convivência com o grupo familiar. Nos casos de crianças, devem-se priorizar medidas de colocação em família substituta.

22 - A concentração da renda e da riqueza nacionais, o grau de informalização do mercado de trabalho, os índices de analfabetismo e de mortalidade infantil, dentre outros dados, revelam:

- a) que o Brasil possui problemas sociais que exigem novas relações partidárias para a conquista do poder político.
- *b) que o Brasil possui problemas de ordem estrutural, agravados pela regressividade da tributação, pela desregulamentação do mercado de trabalho e pela pouca efetividade das políticas sociais no resgate da dívida social do país.
- c) que o conjunto das políticas sociais não cumpre as determinações dadas pelo governo, mantendo-se problemas de ordem institucional na operacionalização das ações governamentais.
- d) que a falta de eficiência das políticas sociais ocorre devido à precariedade dos recursos humanos que operacionalizam os serviços públicos no país e devido à escassez de verbas para a criação de novos programas de atenção social para a população mais carente do país.
- e) que a população do país tem baixa escolaridade, faltando preparo para assumir os postos de trabalho que atualmente são gerados, dificultando o crescimento econômico do país.

23 - A prática do assistente social é constituída por uma dimensão investigativa e uma dimensão interventiva que se articulam organicamente no fazer profissional. Em relação à dimensão investigativa e ao processo de planejamento no trabalho do assistente social, segundo Baptista (2000), é correto afirmar:

- *a) A coleta de dados para a ação planejada deverá se processar de maneira acumulativa, durante todo o processo de intervenção, constituindo um conjunto dinâmico de informações.
- b) A coleta de dados para a ação planejada deverá se processar anteriormente à intervenção, abordando de forma exaustiva todas as variáveis e aspectos relevantes ao trabalho do assistente social.
- c) A coleta de dados para a ação planejada deverá se deter nos dados da instituição demandatária da ação, tendo em vista que é no universo institucional que ocorrem as contradições e desigualdades nas relações sociais.
- d) A coleta de dados para a ação planejada deverá priorizar a sistematização e interpretação dos dados objetivos da realidade social, os quais são considerados dados científicos, devido às condições de mensuração.
- e) A coleta de dados para a ação planejada deverá tornar explícitas as demandas dos usuários para que, após esse diagnóstico, possam ser elaboradas as estratégias de intervenção sem sobrepor-se às atividades investigativas.

24 - Existem algumas tendências profissionais na utilização do instrumental “abordagem”. Segundo Souza (1991), qual é a mais adequada para o assistente social na abordagem em comunidades?

- a) Aproximar-se da população de forma a valorizar o saber popular e o conhecimento local, tendo em vista que a população já possui, com base nas suas crenças e tradições, os subsídios necessários à resolução dos problemas da comunidade.
- *b) Aproximar-se mostrando autoridade sem autoritarismo no que diz e no que faz, despertando interesse e curiosidade na população. Deixar e levar elementos de interesse, assim como indagações.
- c) Aproximar-se revelando subserviência frente à população, principalmente em localidades que já possuem um grau elevado de organização comunitária.
- d) Aproximar-se com simpatia e promessas, buscando conquistar a confiança da população para coletar dados que serão passados integralmente para a instituição demandatária com vistas a atender os objetivos desta.
- e) Aproximar-se com segurança e determinação, como profissional que detém o conhecimento científico necessário à resolução dos problemas da comunidade.

25 - O Código de Ética do assistente social apresenta em sua introdução onze princípios fundamentais que expressam os valores construídos historicamente e defendidos pela categoria profissional. Qual dos princípios abaixo NÃO corresponde ao Código de Ética do assistente social?

- a) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- b) Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- c) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.
- d) Articulação com os movimentos de outras categorias que partilhem dos princípios do Código de Ética do assistente social e com a luta geral dos trabalhadores.
- *e) Defesa dos direitos da população pobre, da classe trabalhadora e das mulheres, entendidas como os objetos de intervenção do Serviço Social.

26 - Segundo as reflexões realizadas por Paiva (1996) no livro de Bonetti et al., “Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis”, a ética profissional no Serviço Social é entendida como:

- a) conjunto de normas morais vinculadas aos valores pessoais de cada profissional que as aplica no trabalho social.
- *b) conjunto de normas e princípios que expressam escolhas axiológicas e funcionam como parâmetros orientadores das relações entre a profissão e a sociedade.
- c) princípios morais elaborados pelo CRESS que regem a prática profissional e que o assistente social é obrigado a cumprir sob pena de ter seu registro profissional cassado.
- d) conjunto de normas repressivas que buscam padronizar o exercício profissional, evitando práticas antiéticas por parte dos assistentes sociais.
- e) princípios éticos elaborados por alguns segmentos da categoria profissional que expressam as aspirações e necessidades dos assistentes sociais.

27 - Segundo o Código de Ética atual do assistente social, o projeto ético-político do Serviço Social é o projeto:

- a) que o assistente social elabora anualmente para orientar suas ações em um período de tempo preestabelecido.
- b) político da entidade a que o assistente social está vinculado, que deve se reportar ao Código de Ética.
- *c) que busca construir uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.
- d) de formação universitária sobre política pública que repercute na ética profissional do assistente social.
- e) de compromisso com a classe trabalhadora e com suas demandas específicas.

28 - Com relação ao parecer social utilizado por assistentes sociais, conforme o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2004), é INCORRETO afirmar:

- *a) O parecer social deverá ser elaborado sempre que uma autoridade judicial solicitar, contendo as informações mais completas possíveis sobre a situação estudada (sem ocultar dados sobre a situação pessoal e familiar dos envolvidos), tendo em vista que é um documento formal que decidirá os casos de adoção e de pensão alimentícia.
- b) O parecer social deve constituir-se um instrumento de inclusão e não de julgamento de valor. Deve ser utilizado para complementação de dados, jamais como comprovação de informações dadas pelos usuários.
- c) O parecer social enviado aos setores competentes deve fazer referência apenas aos elementos analíticos elaborados a partir do estudo social e não às informações sigilosas obtidas no processo de apreensão da realidade.
- d) A elaboração do parecer social exige do profissional capacidade de discernimento quanto à sua oportunidade ou não, autonomia perante a instituição, compromisso ético-político com os valores que norteiam a prática profissional, opinião conclusiva da situação estudada e exercício do sigilo profissional.
- e) O parecer social diz respeito a elucidações e análises realizadas a partir de conhecimentos específicos do Serviço Social, sobre as quais as decisões devem ser tomadas.

29 - A família como primeiro espaço de socialização vem encontrando dificuldades para cumprir suas funções/obrigações em relação aos seus membros, devido ao processo de pauperização que atingiu nas últimas décadas no Brasil, em função do modelo econômico adotado no país. Para que a família possa enfrentar essas dificuldades, Guará (1998) aponta alguns programas/serviços que devem ser organizados nos municípios de forma intersetorial e interdisciplinar. Analisando as questões expostas a partir de uma abordagem de emancipação familiar, assinale a alternativa que apresenta ações que contradizem essa perspectiva.

- a) Programas de atenção à gestante e nutrízes, que acrescentem ao acompanhamento clínico um acompanhamento psicossocial às gestantes, com visitas domiciliares pós-parto para orientação sobre os cuidados que a criança recém-nascida requer. Em muitos casos, é necessária uma complementação de renda familiar para garantir a saúde da mãe e da criança.
- b) Serviços especializados de apoio psicossocial, psicoterapêutico e advocacício às famílias em situações difíceis, como desemprego crônico, alcoolismo e violência doméstica, dentre outros problemas.
- c) Programas de socialização e lazer que propiciem uma série de atividades que ajudem a desenvolver as relações familiares e comunitárias.
- *d) Programas que visem a distribuição de cestas básicas, roupas e demais materiais para as famílias pobres, tendo em vista que elas não possuem capacidade e iniciativa para buscar os recursos de que necessitam.
- e) Programas que garantam o acesso à cultura em suas diferentes manifestações e acesso à formação social, profissional e escolar.

30 - Com relação às famílias de baixa renda que não conseguem sustentar seus filhos e garantir-lhes o direito à moradia, à alimentação e à saúde, que lhe são encaminhadas, o Conselho Tutelar deverá:

- a) providenciar o imediato abrigo das crianças em entidades que garantam seus direitos fundamentais.
- b) solicitar ao Juiz a destituição do Poder Familiar, pois os pais não possuem condições materiais para criar e educar os filhos.
- *c) encaminhar a família para um programa oficial ou comunitário de promoção à família.
- d) proceder a retirada das crianças da família e passar a guarda delas para o parente mais próximo.
- e) encaminhar as crianças das famílias desestruturadas para uma família substituta, na forma de guarda, tutela ou adoção.